

A GESTÃO E *ACCOUNTABILITY*: UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS MEMBROS DE IGREJAS EVANGÉLICAS

MANAGEMENT AND ACCOUNTABILITY: A STUDY ON THE PERCEPTION OF MEMBERS OF EVANGELICAL CHURCHES

ADLLER MOREIRA CHAVES

Mestre em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: adller.chaves@uesb.edu.br

Endereço: Estrada Bem Querer Km-04 3293, 3391 Campus de, Candeias - BA, 45083-900

Resumo: O surgimento da Tecnologia de Informação e Comunicação mudou a sociedade e as organizações, oferecendo diferentes transformações de serviços e interações sociais, aumentando a exigência por maior participação, prestação de contas, responsabilidade e transparência. Estes princípios, que são *accountables*, não devem ser aplicados apenas em organizações públicas, mas também em organizações privadas e terceiro setor. Diante desse contexto, o objetivo deste artigo é analisar a percepção dos membros de igrejas evangélicas sobre a aplicabilidade de princípios de gestão e *accountability*. Para tanto, foram aplicados 148 questionários com membros de diversas denominações evangélicas sobre ferramentas que promovem o *accountability* em organizações. Os dados foram analisados de forma qualitativa e quantitativa. Os resultados evidenciam que os membros consideram que as igrejas evangélicas disponibilizam informações através de relatórios contábeis e prestam conta de suas ações para a comunidade. Entretanto, muitas vezes as igrejas não incentivam a participação e limitam os canais comunicacionais, não utilizando novas ferramentas tecnológicas para essa interação. Além disso, uma parte considerável dos membros acreditam que não têm responsabilidades sobre a gestão financeira e que a liderança é incumbida de tomar decisões.

Palavras-chaves: Gestão de Igrejas; *Accountability*; Prestação de Contas; Transparência; Responsabilidade.

Abstract: *The appearance of the Technology of Information and Communication changed the society and the organizations, offering different transformations of services and social interactions, increasing the demand for bigger participation, accounts rendered, responsibility and transparency. These principles, which are accountable, should not only be applied in public organisations, but also in private and third sector organisations. In this context, the purpose of this article is to analyze the perception of members of evangelical churches on the applicability of management principles and accountability. To this end, 148 questionnaires were applied with members of various evangelical denominations on tools that promote accountability in organizations. The data were analysed in a qualitative and quantitative way. The results show that members consider that evangelical churches make information available through accounting reports and report their actions to the community. However, often churches do not encourage participation and limit communication channels, not using new technological tools for this interaction. In addition, a considerable proportion of members believe that they have no responsibility for financial management and that leadership is responsible for making decisions.*

Keywords: *Church Management; Accountability; Provision of accounts; Transparency; Responsibility.*

1 INTRODUÇÃO

O advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) fez com que novas formas de interação social surgissem. Este fato modificou as estruturas das sociedades e trouxe diversas consequências na gestão de organizações. Para os indivíduos, surgiram novas formas de lazer e trabalho, já para as organizações, surgiram novas ferramentas para o processo de gestão informacional (KUMAR, 2006). As TIC's ofereceram meios para melhores prestações de serviços e interação da sociedade com as organizações, abrindo caminhos para gestões mais participativas e fiscalizações. Desta forma, aumenta a exigência por prestação de contas, responsabilidade e transparência que perpassa a área pública, mas adentra no ambiente

privado e do Terceiro setor (AMARAL, 2007). A igreja institucionalizada não é uma exceção destas obrigações sociais.

O Código Civil de 2002 através da complementação da lei 10.825 define as instituições religiosas como natureza jurídica de direito privado na forma de organização religiosa (BRASIL, 2002). Destarte, sendo pessoas jurídicas de direito privado, devem prestar contas a órgãos governamentais e, por não apresentar finalidade lucrativa, no que diz respeito a recebimento de donativos, a transparência é de grande importância para os fiéis e órgãos de fiscalização, sendo fundamental seguir algumas diretrizes.

O termo *accountability*, apesar de não ter tradução para o português, representa o conjunto de processos que promovem a responsabilidade e participação, a transparência e a prestação de contas¹. Portanto, este trabalho se concentrará na visão de *accountability* como estas características e nas ferramentas que as igrejas possuem para exercitá-las perante a seus membros e sociedade civil.

Cada vez mais as organizações têm buscado transparência e prestar conta de seus atos para todos os *stakeholders*, trazendo-os também para que sejam sujeitos ativos no processo e assumam responsabilidades. Diante do contexto apresentado, o objetivo deste artigo é analisar a percepção dos membros de igrejas evangélicas sobre a aplicabilidade de princípios de gestão financeira e *accountability*.

Este artigo está estruturado em 5 seções se somada esta introdução. A segunda discorre sobre os conceitos e ferramentas de *accountability*, bem sua aplicação nas diversas organizações, incluindo igrejas. A seção terceira traz os procedimentos metodológicos deste estudo, caracterizando a pesquisa quanto à natureza e ao tipo, descrevendo os participantes, indicando os instrumentos de coleta e, enfim, apontando a forma como foram tratados os dados empíricos. O quarto analisa os dados empíricos à luz do referencial teórico. E, por fim, a última seção expõe as considerações finais.

2 ACCOUNTABILITY

O conceito de *accountability* é muito presente em discussões sobre gestão pública e governos democráticos, tendo sido abordada em diversos autores e em várias dimensões. Estes autores relacionam o tema ao provimento de informações, ligando a transparência e a participação que é uma consequência do acesso aos dados (AMARAL, 2007). Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), é necessário que existam ferramentas para que o *accountability* exista. Para ela, o termo está interligado com a conformidade aos padrões pré-estabelecidos, que os resultados sejam transparentes e condizente com acordos anteriormente pensados (OCDE, 2020).

A construção socio-histórica brasileira, com um Estado patrimonialista, defensor de interesses de agentes e não os interesses públicos, gera uma dificuldade em aplicações da ideia e de seus instrumentos. A cultura da gestão no país, não é uma cultura *accountable* (RAUPP, 2011). Amaral (2007) afirma que essas dimensões da *accountability* são interdependentes, pois “prestar contas é uma forma de ser transparente e promover a participação é uma forma de incrementar a prestação de contas” (p. 38).

Osisioma (2013) afirma que *accountability* não é apenas para freios ou contrapesos, mas é uma questão fundamental para os relacionamentos humanos. Para ele, bons gestores nunca devem servir sem estruturas de apoio e, onde não são utilizadas suas ferramentas, geralmente há uma cultura de impunidade, desrespeito de normas e valores. É importante entender que a prestação de contas cria um ambiente saudável nas organizações e a sua ausência pode criar relacionamentos profissionais ruins e propicia a fraude (STOTT, 2014).

Ahrens (2018) estuda o papel da *accountability* em organizações do terceiro setor. Seu trabalho verificou que muitas organizações desse ramo no Brasil não cultivam a transparência. Diversas organizações foram criadas de formas semi-clandestinas, focando, muitas vezes, em interesses clientelistas, alguns até estatais. Entretanto, um grupo consolidado destas organizações utilizam a *accountability* como estratégia competitiva, sendo as ferramentas e a cultura do *accountability* um auxílio na credibilidade e na confiança de organizações do terceiro setor, propiciando ambientes de autorregulação que independem de fiscalizações estatais (AHRENS, 2018).

No terceiro setor a temática é ainda recente, mas a aplicação da *accountability* é um fator preponderante para a sustentabilidade das organizações, pois elas devem suprir as necessidades de informações dos prováveis doadores (PEREZ; BRITO, 2016). Cervantes (2018) afirma que as Organizações Não-governamentais (ONG's) estão inseridas em ambientes competitivos para captação de recursos públicos e privados, além de

¹ Informações elaboradas a partir de dados do TCU disponíveis em:

<https://portal.tcu.gov.br/governanca/governanca-no-tcu/mecanismos-de-governanca/mecanismo-de-accountability.htm> Acesso em 21/03/2020.

dependem do voluntariado. Para Cruz (2002), os doadores pensam em como os recursos serão aplicados e, se não tiverem acesso a esta informação, podem perder o estímulo das doações. Portanto, credibilidade pode aumentar a probabilidade de conseguir os recursos financeiros e humanos.

A prática de *accountability* é determinante, assim, para um relacionamento vantajoso com os diferentes stakeholders de uma Organização, já que denota uso responsável dos recursos captados. A partir da preocupação em preservar a transparência, aumenta-se a crença na idoneidade no cumprimento de possíveis acordos entre a ONG e o poder público concedentes de titularidades que garantem vantagens que vão desde subsídios à isenções financeiras. Estabeleceu-se em setembro 2011, nesse sentido, o decreto número 7.568 que tornou obrigatório o chamamento público para a celebração de tais conveniências. A prestação de conta, porém, não deve limitar-se a órgãos fiscalizadores ou reguladores, é de interesse de mais setores da sociedade do que se perceberia em primeira análise, na qual destacaria-se o interesse estatal óbvio, uma vez que das ações de uma ONG bem administrada surtem efeitos que beneficiam holisticamente a sociedade (CERVANTES, 2018, *on-line*).

Carneiro, Oliveira e Torres (2011) fez um estudo aprofundado sobre a temática *accountability* e prestação de contas em organizações do terceiro setor. Para os autores, organizações sem fins lucrativos tem necessidade de transparecer interna e externamente suas ações. Geralmente, meios e ferramentas *accountables* agregam credibilidade e concretizam a prestação de contas. Apesar disso, essas ferramentas não podem ser instrumentos coercitivos nesse tipo de organização, transparência e prestação de contas devem ser realizadas voluntariamente para uma boa aplicação. Carneiro, Oliveira e Torres (2011) constataram que organizações do terceiro setor “atribuem grande importância à transparência e à prestação de contas, porém, é possível verificar que é baixo o número de entidades que dirigem e divulgam sua prestação de contas à sociedade” (p.102). Um grande número de organizações do terceiro setor não demonstram transparência diante da sociedade, principalmente as que dependem de doações quase que exclusivamente do Estado, esquecendo do caráter público que as envolvem e que os recursos desse doador são públicos (CARNEIRO; OLIVEIRA; TORRES, 2011).

2.1 ACCOUNTABILITY E ENTIDADES RELIGIOSAS

Faria e Rego (2014) estudaram a *accountability* na Paróquia Senhor do Bonfim em Feira de Santana-BA. Segundo os autores, o foco foi entender os meios utilizados para prestação de contas, avaliar a percepção dos paroquianos em relação ao processo de transparência da paróquia e também das questões contábeis. Estes perceberam que a paróquia aplica alguns princípios da *accountability* em sua gestão financeira, principalmente a prestação de contas e transparência, mas não motivam os membros a opinarem e participarem da destinação dos recursos (FARIA; REGO, 2014).

Silva *et al* (2019) pesquisaram também em Feira de Santana-BA a prestação de contas em igrejas batistas. Uma igreja era pertencente a Convenção Batista da Bahia e outra afiliada Convenção Batista Brasileira. Segundo os autores, as igrejas se utilizam de ferramentas da contabilidade para fins fiscais e gerenciais. Em sua pesquisa de campo, foi constatado que os respondentes de questionários consideraram a ciência contábil como promotora da *accountability* e as igrejas validam os dados através desta ciência. Através de uma transparência as igrejas conseguem captar os recursos à medida que apresentam a origem e destinação deles (SILVA *et al*, 2019).

Vieira (2019) afirma que apesar da igreja cuidar de coisas transcendentais, ela deve ser um cooperador terreno para a manutenção de ordem. Destarte, as organizações religiosas compram, vendem e contratam, dando aspectos morais e civis na forma de regulação e ciência contábil. A igreja deve prestar contas e ser transparente, “não como uma expressão de submissão, mas como um ato de colaboração para que o Estado e a sociedade estejam seguros de sua postura perante Deus e perante os homens” (VIEIRA, 2019, *on-line*).

Borquist e Borquist (2014) afirmam que a doação dos membros é algo prazeroso para eles. Entretanto, o doador deve sentir confiança que os recursos estão sendo empregados de forma correta. Não pode esquecer que a corrupção tem sido destaque nos noticiários, inclusive pastores e líderes de igrejas sendo alvo de operações policiais. Portanto, as lideranças das igrejas devem ser transparentes e os relatórios, além de ser uma ferramenta de prestação de contas, “destaca como Deus tem graciosamente utilizado os membros da igreja para abençoar os outros” (BORQUIST; BORQUIST, 2014, p.74).

Esse público religioso tem como regra de fé e prática a Bíblia. Logo no primeiro livro da Bíblia, um dos grandes gestores de recursos públicos da história aparece aplicando diversos instrumentos. José e a sua

gestão frente ao Egito evoca diversos princípios de uma administração de excelência, principalmente no controle dos recursos (FRESTON, 1990). Freston (1990) comenta que José ao assumir suas funções naquela terra distante em que era estrangeiro assume-as com responsabilidade. É inegável que José agiu como mordomo da coisa pública (FRESTON, 1990). Lopes (2004, *on-line*) afirma que mordomo “é aquele que é incumbido da direção da casa, o administrador. Ele não é dono, mas o dono da casa lhe confia tudo o que tem para ser cuidado e desenvolvido: terras, dinheiro, joias, esposa, filhos, alimentação da família e administração de suas riquezas”.

Freston (1990) traz outro homem público que teve destaque em uma terra estrangeira: Daniel. Para o autor, assim como José, Daniel fora com espírito de excelência e administradores públicos com primor. Apesar de discorrer um pouco sobre José, Daniel e outros grandes líderes bíblicos, o foco de Freston (1990) é Neemias. O livro de Neemias é em si um exemplo de *accountability*, porque é um relatório escrito pelo próprio sobre suas ações, uma prestação de contas. Este personagem é um burocrata da corte Persa que usa dessa estrutura para ajudar a cidade de Jerusalém. No capítulo 13, Neemias mostra que suas ferramentas *accountables* estavam em prática, descobrindo diversas falhas e fraudes para com o templo (FRESTON, 1990).

Apesar dos exemplos no velho testamento e dos personagens que aplicaram princípios *accountables*, nenhum texto bíblico evoca tanto os conceitos de *accountability* como a parábola dos 10 talentos. O texto de Mateus 25:14-30 deixa explícito no versículo 19 da Nova Versão Transformadora (NVT) a ideia da prestação de contas: “depois de muito tempo, o senhor voltou de viagem e os chamou para prestarem contas de como haviam usado o dinheiro”. Kivitz (2012) ao analisar essa parábola, afirma que Jesus ensina que as pessoas têm responsabilidade com os recursos e as oportunidades que Deus dá.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho buscou analisar a percepção de membros de igrejas evangélicas de diversas denominações sobre a aplicabilidade de princípios *accountables*. Para tanto, o trabalho foi exploratório, visando aprofundar uma temática pouco estudada no Brasil nesse tipo de organização. De acordo com Gil (1996), a pesquisa exploratória familiariza um tema ainda pouco estudado.

Os dados primários coletados foram feitos por meio de um questionário criado após a elaboração do referencial teórico, principalmente o trabalho de Ahrens (2018). Ele fora aplicado de forma remota através do Google Formulários. Marconi e Lakatos (2003) afirmam que este tipo de instrumento é indicado para pesquisas de opinião de públicos sobre determinados assuntos. Antes da aplicação, realizou um pré-teste com 5 membros de múltiplas igrejas. Foi utilizada amostragem por conveniência em que o pesquisador selecionou elementos que possam representar o universo (MARCONI; LAKATOS, 2003).

O questionário foi composto por 26 questões divididas da seguinte forma: (i) as 9 primeiras questões estabeleceram o perfil dos participantes e as foram gerais como: idade, tempo de convertido, sexo, região, renda, denominação, escolaridade, função que ocupou de liderança, etc. (ii) 16 afirmações que, utilizando a Escala de Likert com cinco níveis (1- Discordo Totalmente; 2- Discordo Parcialmente; 3- Indiferente; 4- Concordo Parcialmente; 5- Concordo Totalmente) de assertivas sobre aspectos voltados para o *accountability*. (iii) Uma questão facultativa de caráter subjetivo e aberta para que os participantes pudessem comentar sobre a importância dessa temática para igrejas evangélicas.

Foram aplicados 148 questionários pelo critério de acessibilidade, partilhando por e-mail e pelo aplicativo de troca de mensagens Whatsapp. Este fato ocorreu por causa da pandemia do COVID-19, impossibilitando outras formas de aplicação do questionário. Além disso, a segurança e confiabilidade que a ferramenta do Google Formulários apresenta foi um fator considerado, como também a possibilidade de atingir pessoas de várias cidades do país.

A participação foi feita nos meses de abril e maio de 2020, exclusivamente por formato digital. Para tabulação dos dados e análises, as partes (i) e (ii) do questionário, utilizou de análises quantitativas utilizando a ferramenta Microsoft Excel e na parte (iii), a análise de conteúdo de Bardin (2004) foi utilizado como base. Desta forma, ocorreu a separação das falas por categorias, desmembrando em temáticas e utilizou no decorrer do artigo respostas de participantes que resumiam as ideias categorizadas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES NO QUESTIONÁRIO

A predominância dos participantes é da região Nordeste do Brasil com 77% dos respondentes. Após, a região Sudeste apresenta 15% dos participantes, o Sul (3,3%) e Centro-Oeste (4,7%) dividem os dados restantes. Não houve representação do Norte do país na pesquisa. 54% dos participantes se declararam como feminino e 46% masculino. Os dados são próximos dos números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2018 trouxe, em que as mulheres eram quase 52% da população brasileira. Entretanto, quando se fala da realidade evangélica, o público feminino corresponde a 58% dos frequentadores de igrejas (ROMANO, 2020).

Em relação a idade dos participantes, 88,6% estavam entre 26 e 60 anos, sendo desses: 33,8% os respondentes de idade entre 25 e 35 anos; 25,7% localizados entre 36 e 45 anos; 29,1% com idade de 46 até 60 anos. O público mais jovem, 18 a 25 anos (7,4%) e acima de 60 anos (4,1%) não participaram muito da pesquisa. Entre os participantes, 35,8% afirmam que se consideram cristãos a mais de 30 anos e 48% entre 11 e 30 anos, demonstrando que o público pesquisado tem uma caminhada dentro de igrejas. Nenhum afirmou ser neófito, ou seja, com menos de um ano de cristão e 4,7% de 2 até 5 anos. 11,5% se consideram cristãos entre 6 e 10 anos. Estes dados mostram que os participantes tinham uma certa caminhada na fé cristã antes de responder o questionário.

Sobre a escolaridade, 30,5% dos participantes já haviam feito alguma Pós-graduação *Lato Sensu*, 26,4% completou o Ensino Superior e 14,9% ainda estava cursando-o. O número de Mestres era o mesmo de pessoas que haviam completado apenas o Ensino Médio, 12,8% para ambas. Entretanto, apenas 1 doutor (0,7%) respondeu a pesquisa, mesmo número de participante que havia feito apenas o Ensino Fundamental. O Ensino Médio Incompleto correspondeu a 1,4% e nenhum respondente não havia completado o Ensino Fundamental.

A renda familiar trouxe que o público participante em sua maioria 96,6% tem rendimentos maiores que R\$ 1.000. É importante afirmar que o salário-mínimo do Brasil é de R\$ 1.045 e 100% dos respondentes deveriam ter números familiares acima de R\$ 1.000. Isso demonstra que existem pessoas vivendo com menos do mínimo no país e o meio evangélico não é exceção. A maior parte dos participantes tem renda familiar entre R\$ 1.001 e R\$ 10.000, números que correspondem a 87,2%. Os outros 9,5% são os que ganham de R\$ 10.001 em diante.

Sobre as denominações em que os participantes se encontravam membros, 70,5% se assumiram Batistas, 8,8% Presbiterianos e 4,7% da Assembleia de Deus. Os outros 16% se consideraram pertencentes a 21 outras denominações. Observou-se pouca participação de participantes neopentecostais na pesquisa, mesmo sendo difundido por pessoas inclusas nessas denominações.

A maior parte dos pesquisados, 81,1%, já haviam exercido cargos na sua igreja local, sendo que mais da metade (54,2%) haviam sido professores de Escola Bíblica Dominical e 51,7% já haviam sido líderes de algum departamento. 12,5% ou 15 respondentes exercem o pastoreio. 28,3% serviram na área Administrativa da igreja (Tesouraria, etc.), mesmo número que participantes do Louvor. Esta pergunta no questionário era possível a resposta de mais de uma alternativa, ou seja, todos estes números são oriundos dos 81,1% do total de respondentes que já haviam exercido cargos. Os 18,9% restantes não responderam essa pergunta por nunca terem exercido nenhuma função de liderança.

4.2 ACCOUNTABILITY E OS MEMBROS DE IGREJAS

A primeira afirmativa trabalhada dentro do questionário foi: **a prestação de contas das finanças é importante para a igreja obter recursos que mantenham as suas atividades**. Do total de participantes da pesquisa, 86,5% concordavam totalmente e 10,1% concordaram parcialmente com a assertiva. Apenas 2,1% apresentaram alguma discordância e 1,4% foram indiferentes. Assim, observa-se que a maior parte dos participantes estão em concordância de que é fundamental a prestação de contas para obtenção de recursos. Nas considerações subjetivas que os participantes poderiam discorrer sobre a importância da temática, um respondente afirmou que *“a igreja moderna vive num mundo onde a transparência financeira é requisito para sua subsistência. Portanto, uma igreja (instituição) que não presta conta está fadada a morrer[...]”* (Participante 01²).

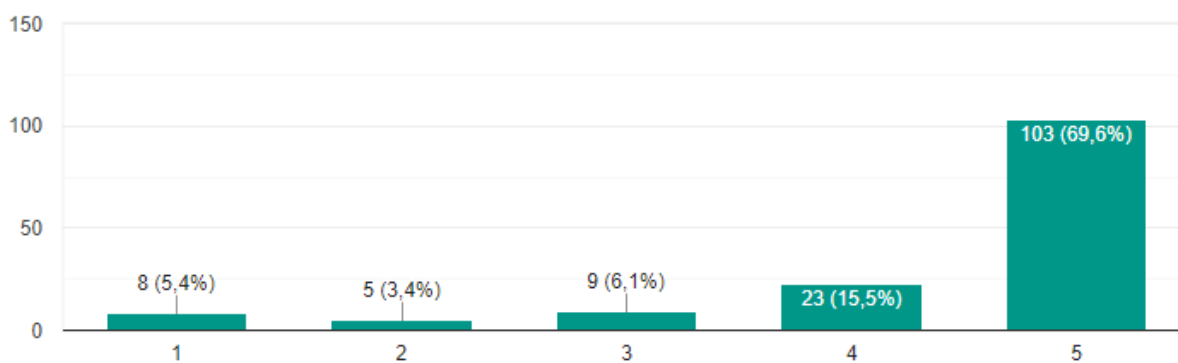
Vieira (2019) e Borquist e Borquist (2014) discorrem sobre a importância atual da prestação de contas e como isso pode promover comprometimento nas igrejas, fatos corroborados por esta pesquisa. Silva *et al.* (2019) constatou que a prestação de contas utilizando princípios contábeis são importantes não só para o engajamento dos membros, mas também para um bom planejamento e controle financeiro.

² Devido a questões de anonimato e por haver apenas uma questão subjetiva, estes participantes serão enumerados por ordem de aparição no artigo.

Tornar conhecida as entradas e as saídas dos recursos financeiros nas igrejas é de fundamental importância para expor aos contribuintes a destinação dos mesmos, dessa forma acredito que os contribuintes podem perceber que é preciso contribuir para manter as despesas e investir em projetos (Participante 02).

Discorrendo ainda sobre transparência, a segunda assertiva foi: **em relação à gestão dos recursos e seus respectivos resultados, sua igreja é uma entidade transparente**. A Figura 1 reflete as respostas, demonstrando que o número que concordaram totalmente diminuiu para 69,6% e os que concordaram parcialmente foi para 15,5%. O crescimento dos discordantes, tanto parcialmente como totalmente, bem como dos indiferentes é algo a ser considerado. É relevante afirmar que na análise documental, muitas igrejas incentivam a transparência e a prestação de contas das igrejas filiadas e estabelecem diretrizes em documentos oficiais.

Gráfico 1 – Em relação à gestão dos recursos e seus respectivos resultados, sua igreja é uma entidade transparente



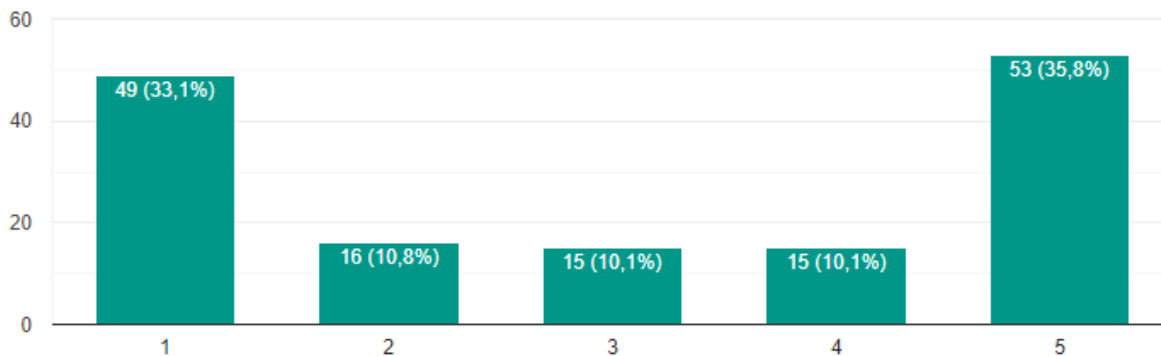
Fonte: Aplicação de Questionários

O Participante 03 disse que a “*transparência é a saída para que incentive o investimento no ministério. Só assim teremos condições de saber quais são as dificuldades para investir em cada seguimento*”. Diversos outros participantes na questão subjetiva trouxeram afirmações como a citada e uma parcela considerável acredita que está em uma igreja transparente. Apesar do Brasil não ter uma cultura *accountable* (RAUPP, 2011), observa-se que muitas igrejas, principalmente as que tem um modelo governamental importado de países com essa cultura como: Estados Unidos da América, Inglaterra, Alemanha, etc.; já fazem aplicação de princípios em muitas comunidades pesquisadas. Ademais, a transparência pode quebrar alguns estereótipos da sociedade perante as igrejas, fato que foi relatado por alguns participantes como a afirmação:

Esse assunto é relevante, pois ele gera muita polêmica principalmente entre os não evangélicos e, acaba causando conceitos equivocados e/ou negativos sobre a destinação dos recursos que as igrejas dispõem por meio das ofertas e dízimos. A boa gestão, acompanhada da transparência, pode ajudar muito as igrejas a diminuírem esse preconceito que acaba sendo senso comum na sociedade (Participante 04).

Perez e Brito (2016) afirmam que organizações que vivem de doações, tem obrigação de informar os doadores e prováveis doadores sobre a destinação dos recursos. Carneiro, Oliveira e Torres (2011) observaram que as organizações desse tipo acreditam que a transparência é importante, mas tem praticado pouco na sua prestação de contas. Todavia, deve-se entender que igrejas não são ONG's, existindo uma complexidade na discussão de doação maior que nessas outras organizações de Terceiro Setor, pois a doação é um dever do cristão para a maioria das igrejas.

Sobre transparência, ainda foi questionada a concordância com a seguinte assertiva: **se a igreja atuasse sem transparência, havendo uma má gestão de recursos, eu deixaria de contribuir**. As respostas dos participantes foram diversificadas, em que 35,8% concordava totalmente e 33,1% discordava totalmente conforme pode ser visto na Figura.

Gráfico 2 – Se a igreja atuasse sem transparência, havendo uma má gestão de recursos, eu deixaria de contribuir

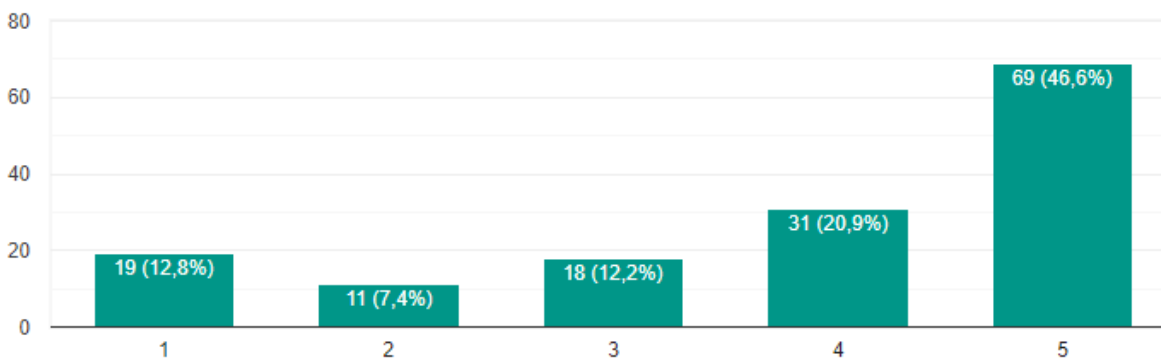
Fonte: Aplicação dos Questionários

Alguns participantes colocaram sobre a importância da igreja ser uma instituição transparente para a sua contribuição, mas isso não foi geral. Cruz (2002) afirma que os doadores pensam na aplicação dos recursos em organizações do terceiro setor, podendo perder o estímulo para doação. Muitos participantes pensam em concordância com o estudo de Cruz (2002), mas muitos não seriam afetados por essa falta de transparência. Entretanto, a credibilidade diminuiria e a probabilidade de conseguir recursos também (CRUZ, 2002).

Acredito ser muito importante. Já passei por algumas igrejas durante a minha caminhada na fé e é a primeira vez que encontro uma igreja tão cristã na área financeira quanto é a minha. Nas demais as coisas eram obscuras, não se sabia muito bem para onde ia o recurso, além de serem igrejas gigantes, em que os pastores são privilegiados com o uso pessoal do caixa da igreja. Por isso, exigir essa transparência e o acesso constante o que está sendo feito com o dinheiro é de suma importância (Participante 05).

Ética e moralidade são aspectos que também estão ligadas aos conceitos da *accountability* e 79,1% concordaram totalmente com a afirmação que **a gestão dos recursos recebidos da minha igreja é pautada pela moralidade e pela ética**. 11,5% concordaram parcialmente com essa alegação e 7,4% foram indiferentes. Apenas 2,1% discordaram de alguma forma e demonstram que, aparentemente, os participantes consideram que a gestão dos recursos na maioria das igrejas é conduzida com ética e moral.

Sobre a afirmativa **tenho acesso a dados sobre as entradas e saídas da minha igreja**, 58,8% concordaram totalmente e 18,2% concordaram parcialmente. 8,1% discordou totalmente e 5,4% discordou parcialmente, evidenciando que uma parcela considerável dos membros pode acessar os dados. 9,5% foram indiferentes a essa afirmativa. Porém, quando a assertiva é: **tenho acesso aos dados financeiros da minha igreja e, como membro, posso participar de reuniões que escolhem a destinação destes**, existe uma mudança nos números conforme mostra a Figura 3.

Gráfico 3 – Tenho acesso aos dados financeiros da minha igreja e, como membro, posso participar de reuniões que escolhem a destinação destes

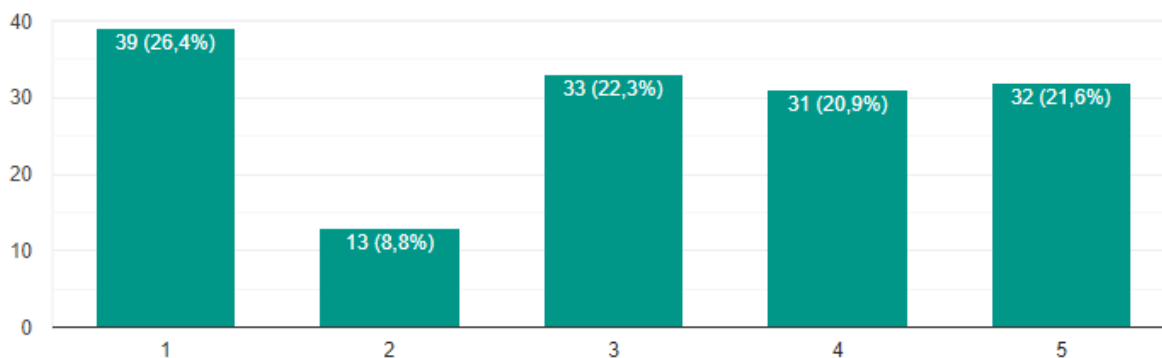
Fonte: Aplicação dos Questionários

Através destes números da Figura 3, percebe que existe uma queda nos membros que consideram que conseguem participar de reuniões para destinação dos recursos se almejar. O índice dos que concorda que de alguma forma pode participar de reuniões chega a 67,5%. Não obstante, apesar de muitos concordarem que é possível a sua participação, uma parcela considerável dos participantes da pesquisa afirma coisas semelhantes ao Participante 06 que disse:

Acredito que falte mais acompanhamentos das finanças pelos membros da igreja. Me incluo nesse perfil de membros. Acredito que a direção da igreja deveria buscar mais alguma forma dos membros estarem mais presentes nos dados financeiros da igreja (Participante 06).

Através dessa consideração, pode-se compreender que para que as ferramentas do *accountability* sejam aproveitadas, não adianta apenas a gestão e liderança aplicar e divulgar as informações, mas exige um engajamento dos membros. Consequentemente, é importante entender como pode ocorrer essa participação e quais os canais são relevantes para que ela ocorra em maior quantidade e qualidade. A participação é um instrumento fundamental para uma transparência nos processos organizacionais. Na Figura 4, fica explícito ao afirmar que: **tenho algum tipo de participação nas decisões de aplicação dos recursos (investimentos, reformas, aquisições)**; nesta, 26,9% discordaram totalmente, demonstrando que mais de 1/4 não participam das decisões de nenhuma forma.

Gráfico 4 – Tenho algum tipo de participação nas decisões de aplicação dos recursos (investimentos, reformas, aquisições).



Fonte: Aplicação dos Questionários

Faria e Rego (2014) em seu estudo, observaram que a instituição religiosa que pesquisaram, apesar de aplicar ferramentas *accountability*, não motivam os membros a participarem da destinação dos recursos e nem acompanhar os relatórios. Surge aí algumas indagações: será que a não participação desses membros se devem por questões burocráticas e organizacionais? Será que a cultura patrimonialista do Estado no Brasil tem se aplicado também em igrejas? Por muitos considerarem o pastor como detentor de poder e autoridade, muitos creem que suas considerações não podem ser questionadas? Corroborando com indagações, o Participante 07 trouxe a seguinte afirmação:

Acho que as decisões sobre os recursos devem ser exclusivamente do pastor, podendo os membros até sugerirem, mas a decisão final administrativa deve ser do pastor porque defende a igreja num coletivo, enquanto membros defendem seus próprios interesses naquilo que eles acham ser o melhor a se fazer (Participante 07).

No campo da Administração, a Teoria Clássica de Henri Fayol já trabalhava uma visão semelhante, em que para ele o gerente (que podemos comparar com ressalvas a um pastor) sempre buscava o bem da organização, não tendo interesses próprios. Entretanto, diversos estudos questionam essa visão romântica de líderes para com a organização e os colaboradores (MOTTA, 2017). Além disso, não é *accountable* focar as decisões em uma pessoa, deixando-a livre para as decisões. É importante que esse líder, mesmo sendo

um decisor, prestar contas e ouvir a comunidade que faz parte, pois podem surgir ideias melhores em qualquer área, inclusive na aplicação de recursos conforme explícita Stott (2014).

Para Stott (2014), a transparência na prestação de contas com participação é fundamental para que os líderes se protejam de falatórios e, em concordância com algumas discussões bíblicas, do coração do próprio homem que pode se corromper no processo. O Participante 08 e o Participante 09 trazem que é um risco, não só para a igreja, mas também para o pastor e afirmam.

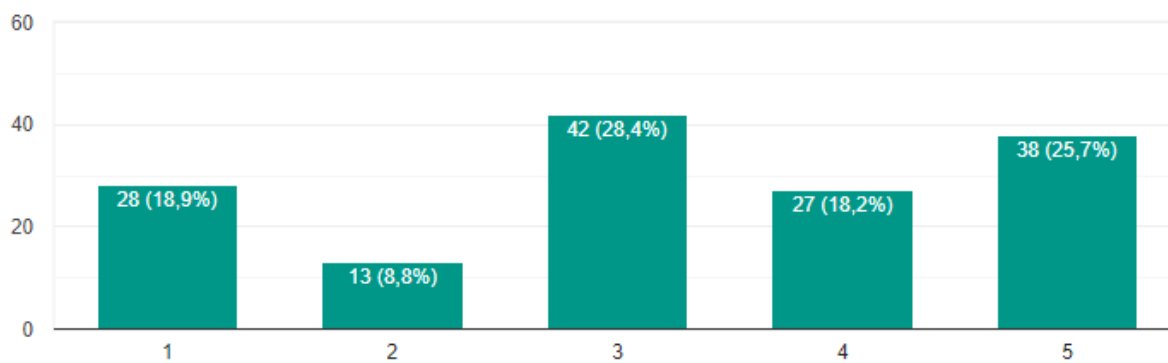
[...] infelizmente hoje muitas igrejas viraram empresas e termos transparência acerca de finanças é importante, infelizmente o fato de sermos igreja não é mais suficiente, levando em conta que muitos tem usado o evangelho como forma de " se dar bem" financeiramente (Participante 08).

Em dias de enorme corrupção e descaso, a igreja passou a ser alvo, e pior que isso, a dar motivos para desconfiança. Pastores são acusados, culpados ou não, de reter dinheiro pra si e etc. É sempre bom evidenciar o cuidado da igreja e transparência no que se refere à área administrativa, principalmente financeira (Participante 09).

Muitos membros das igrejas acreditam que a participação se dá apenas em tomada de decisões, entretanto, o acompanhamento da prestação de contas e das divulgações dos relatórios das organizações já é um tipo de participação. Como visto na seção de documentos, muitas denominações exigem que as igrejas filiadas apresentem diversos tipos de relatórios para seus membros e que realizem assembleias ou semelhantes para debatê-los. O Participante 10 afirmou que “[...] *as igrejas evangélicas precisam ser mais transparentes em seus relatórios e meios de divulgação. Muitas vezes se restringem a palavra do Conselho Fiscal que sempre resulta em contas aprovadas. Este fato afeta inclusive alguns participantes como o Participante 11, que escreveu o seguinte: “[...] isto até me atrapalha em devolver os dízimos e ofertas, porquê, com a história que os pastores e líderes irão prestar conta com Deus o povo é lesado”.*

A Figura 5 demonstra como muitos não fazem os acompanhamentos dos relatórios da sua comunidade concordando ou discordando da seguinte assertiva: **busco conhecer as informações financeiras ao menos uma vez por semestre.**

Gráfico 5 – Busco conhecer as informações financeiras ao menos uma vez por semestre



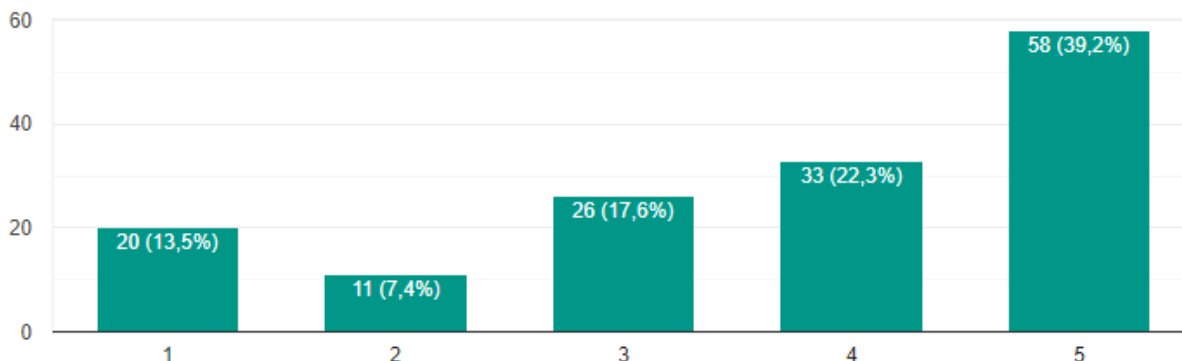
Fonte: Aplicação dos Questionários

Observa-se que a maioria dos respondentes foram indiferentes a buscar ou não informações financeiras semestralmente. Em outra afirmação: **os relatórios divulgados são de fácil entendimento;** ajuda algumas considerações a respeito disso. 50% concordaram totalmente com essa afirmação e 15,5% de forma parcial. 18,2% foram indiferentes, 4,7% discordaram parcialmente e 11,5% totalmente. Trazendo um paralelo entre os dados, muitos não buscam conhecer por dificuldades de entendimento dos relatórios. Silva *et al.* (2019) mostram que as igrejas se utilizam de relatórios contábeis para auxiliar seus processos de prestação de contas e transparência, sendo essa uma formatação que gera uma cientificidade dos dados, mas muitas vezes produz uma barreira para o entendimento de leigos.

Os membros querem saber realmente o que acontece com os recursos econômicos e financeiros da igreja foi outra afirmativa que os participantes concordaram e discordaram que podemos trazer a discussão. Apesar de 8,8% discordar totalmente e 11,5% discordar parcialmente, 54,8% concordaram de alguma forma com a assertiva, demonstrando que a maioria deles consideram que não é

por falta de vontade de saber os rumos financeiros das igrejas. 25% foi indiferente a essa questão. Outra asserção vinculada a essa temática é sobre a satisfação dos membros com os canais de informação sobre os recursos com a seguinte afirmação: **a disponibilização de informações sobre recursos e os canais destas são satisfatórios.**

Gráfico 6 – A disponibilização de informações sobre recursos e os canais destas são satisfatórios



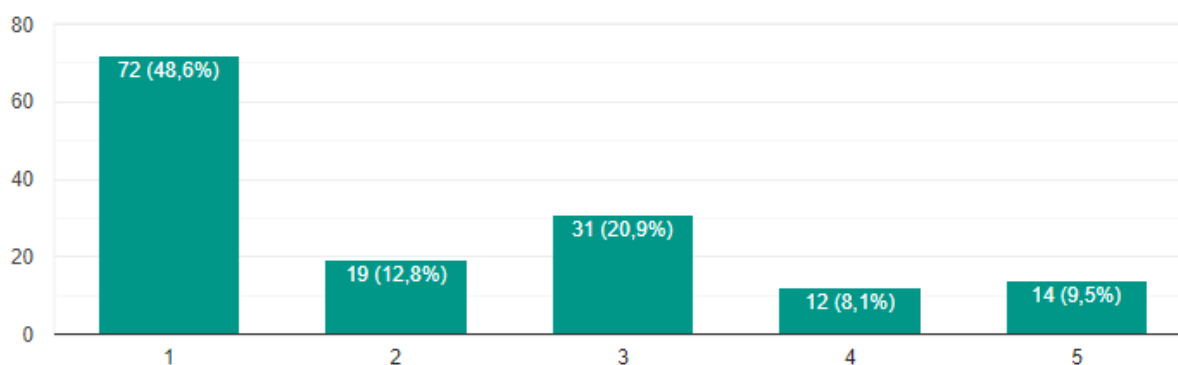
Fonte: Aplicação dos Questionários

Amaral (2007) trata que os canais são fundamentais para a participação e fiscalização nos processos de gestão dos governos. Entretanto, não só disponibilizar bons canais, mas também inserir e atualizar informações. Isto se aplica em qualquer organização. A Figura 6 demonstra sobre os canais, sendo que 61,5% dos membros participantes concordam totalmente ou parcialmente que os canais são satisfatórios. Todavia, 13,5% discordaram totalmente e 7,4% discordaram parcialmente.

Os canais de participação dos membros não são canais apenas para opinarem, mas também para acompanhamento. Hoje, vive-se a era dos aplicativos para utilizar em smartphones e têm sido criadas ferramentas para uma maior transparência e comodidade para os membros. Falando em aplicativos, não se pode esquecer da internet que promoveu uma verdadeira revolução e da *big data*, uma ferramenta que pode agregar transparência em qualquer organização, sendo que, principalmente os jovens hoje, exigem essa transparência para se declararem pertencentes a determinados locais (HAN, 2017).

Sobre os canais, a Figura 7 reflete o que foi afirmado: **a igreja disponibiliza informações em sites ou aplicativos para acompanhamento dos recursos.**

Gráfico 7 – A igreja disponibiliza informações em sites ou aplicativos para acompanhamento dos recursos



Fonte: Aplicação de Questionários

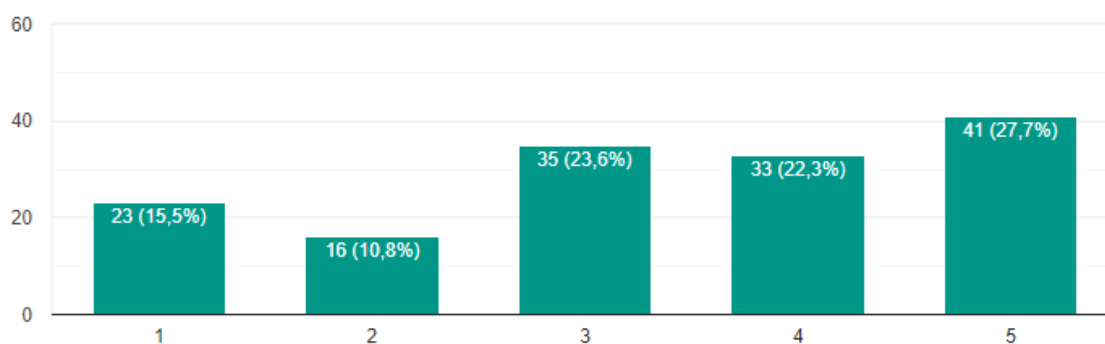
Quase 50% discordaram totalmente dessa afirmação, demonstrando que muitas das igrejas ainda não tem aderido as TIC's oriundas da internet e dos aplicativos, ou pelo menos os membros não conhecem. Na pesquisa documental, poucas denominações e igrejas deixavam os dados públicos. Em conversas informais com um tesoureiro e três pastores Batistas, eles afirmaram que estas informações geralmente ficavam à disposição dos membros na secretaria da igreja e não colocavam em sites por questões de

segurança. Em uma determinada igreja, existia no site um local em que membros poderiam fazer *login* e acessar informações mais detalhadas como o balanço financeiro daquela comunidade.

A responsabilização é uma outra ferramenta importante do *accountability*. Saber quem é o responsável por determinadas decisões e deve ser indicado para responder por elas é fundamental dentro de uma gestão que usa bases *accountables*. Portanto, foi afirmado que: **sei a quem devo recorrer caso precise de informações ou fazer considerações sobre recursos financeiros da minha igreja**. Sobre ela, 74,3% concordaram totalmente e 12,2% concordaram parcialmente. 8,1% foi indiferente e 5,4% discordaram totalmente da assertiva, demonstrando que a maioria, como membros, sabe quem são os responsáveis pela gestão financeira das igrejas. Outro ponto foi na questão aberta, em que muitos colocaram sobre a atuação do Conselho Fiscal das igrejas como “[...] *limitador para más decisões* e [...] *uma voz dos membros para verificar o bom andamento das finanças*” (Participante 12).

A igreja como uma comunidade que deveria ser construída pela coletividade, a responsabilização não deveria ser apenas de grupos ou, pelo menos, cada um deveria se sentir responsável em alguma esfera disso. Para isso, afirmou-se: **me sinto importante e responsável pelas decisões administrativas e de recursos da minha igreja**.

Gráfico 8 – Me sinto importante e responsável pelas decisões administrativas e de recursos da minha igreja.

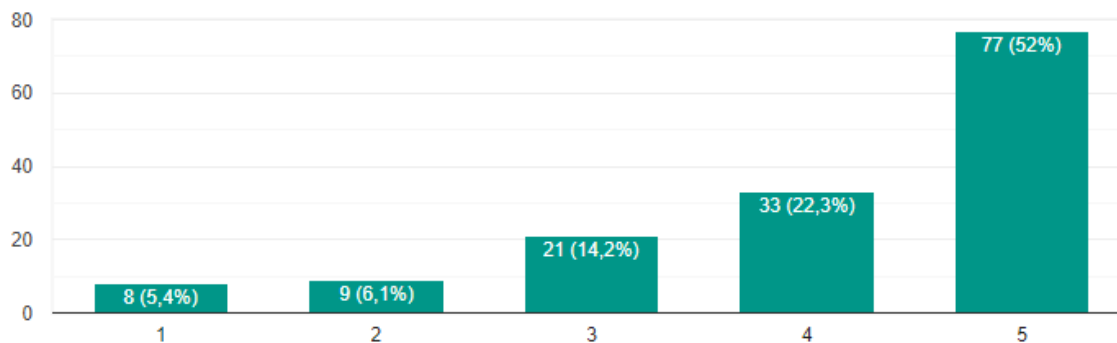


Fonte: Aplicação dos Questionários

Nota-se que uma exatamente 50% concordam de alguma forma que são responsáveis por essas decisões na sua igreja. Entretanto, outros 50% são indiferentes ou discordam dessa responsabilização, que o Participante 13 demonstra na sua fala ao afirmar que “*a igreja errando, não serão seus membros que irão responder perante a justiça do homem e a justiça de Deus*”. Freston (1990) ao trazer a história de José mostra que, mesmo estrangeiro naquela terra, assumiu responsabilidades e agiu como um mordomo do que era colocado em suas mãos. A mordomia cristã é um termo que foram aplicados em vários documentos observados de diversas denominações como a CBB (SOUZA, 2010) e a Adventista (TAYLOR, 2020), devendo os membros se colocarem como mordomos também nas suas igrejas, não só os líderes. Enfatizando este tema, o Participante 14 respondeu que “[...] *precisamos como mordomos e servos do Senhor Jesus, entender sobre nossa responsabilidade e conhecer de fato os nossos líderes*”.

Pensando nisso, no questionário havia a assertiva: **como membro deveria ter maior responsabilização e participação dos recursos da minha igreja**. 56,8% concordaram totalmente com isto e 22,3% concordaram parcialmente, demonstrando que mesmo muitos afirmando que participavam e se sentiam responsáveis, sentiam necessidade de um aumento dessa participação. Apenas 2,7% discordaram totalmente e 5,4% discordaram parcialmente, sendo 12,8% indiferentes. Estes números reforçam a necessidade que existam canais que motivem a participação e as responsabilização, gerando uma ideia de pertencimento dos participantes. Faria e Rego (2014) chegaram a conclusões próximas, demonstrando que as instituições religiosas muitas vezes não incentivam a participação e nem a responsabilização dos membros, deixando algumas ferramentas *accountables* sub-aproveitadas.

Ademais, existe a afirmação que **as doações/dízimos/ofertas estão sendo bem empregados para a comunidade**. Ela gerou a Figura 9 que reflete o que boa parte dos respondentes da pesquisa demonstraram no decorrer do trabalho, que acreditam que a parte financeira da sua igreja está sendo bem empregada e visando o desenvolvimento da organização.

Gráfico 9 – As doações/dízimos/ofertas estão sendo bem empregados para a comunidade

Fonte: Aplicação dos questionários

Alguns participantes trouxeram contribuições que ao mesmo tempo que reforçam o cerne desse trabalho, traduzem muito do que foi discutido nesta seção. As respostas são as seguintes:

Esse assunto é "altamente inflamável" na maior parte das igrejas. Membro que toca nisso, não é bem visto. Todavia, as igrejas não se atentam para o fato de que, quanto mais transparentes forem, uma vez que a prestação de contas traz à tona toda a realidade daquela comunidade, os membros, conseqüentemente, efetuarão suas ofertas com maior regularidade, cientes do bom uso do quanto tem entregue em sua igreja. A não prestação gera desconfiança, não importa quem seja a liderança. Sem prestação, não existe boa gestão. E gestão tem que ficar a cargo de quem sabe (tal qual o relato de Êxodo 36: 1-2) (Participante 15).

A importância empregada na temática, deste assunto é válida pois as igrejas que pertencem ao Reino trabalham com visão de crescimento, e o crescimento no âmbito do financeiro é louvável primeiramente a Deus pois é Ele que nos dá recursos, e esses recursos são para serem investidos na sua obra e essa obra a igreja realiza por estar desenvolvendo suas atividades seja lá qual for, e esses assuntos tem que estar presente pois nós como igreja e corpo caminhamos com objetivo e o Mundo precisa ver a transparência de tudo que se realiza quanto dentro ou fora da comunidade cristã (Participante 16).

Nesse sentido, as falas expressam a importância de se discutir e aplicar princípios e ferramentas *accountables* em igrejas evangélicas. As mesmas, quando bem utilizadas, podem auxiliar nos processos internos e externos das organizações religiosas. Para os membros, os esclarecimentos necessários sobre a destinação de recursos são valiosos, porém não indispensáveis para que continue ofertando, porque a grande maioria entende que está dando para Deus e não para as comunidades. Sob a visão da maioria, as igrejas fazem uma divulgação efetiva da aplicação dos recursos da comunidade, mas não se sentem participantes do processo.

Destarte, cria-se o Quadro 1 para resumir as discussões do capítulo utilizando a Escala de Likert. Como foi explanado na metodologia, os participantes puderam responder da seguinte forma: 1- discordo totalmente; 2- discordo parcialmente; 3- indiferente; 4- concordo parcialmente; 5- concordo totalmente. Então, esta tabela mostra a média dos respondentes nas perguntas, sendo que quanto mais próximos de 5, maior concordância há com a afirmativa. Ela foi estruturada na ordem concordância.

Quadro 1 – Média das respostas na Escala de Likert

AFIRMATIVA	MÉDIA
A prestação de contas das finanças é importante para a igreja obter recursos que mantenham as suas atividades.	4,79
A gestão dos recursos recebidos é pautada pela moralidade e pela ética.	4,66
Sei a quem devo recorrer caso precise de informações ou fazer considerações sobre os recursos financeiros da minha igreja.	4,49
Em relação à gestão dos recursos e seus respectivos resultados, sua igreja é uma entidade transparente.	4,40
Como membro deveria ter maior responsabilização e participação dos recursos da minha igreja.	4,25
Tenho acesso a dados sobre as entradas e saídas da minha igreja.	4,14
As doações/dízimos/coletas estão sendo bem empregados para a comunidade.	4,09
Os relatórios divulgados são de fácil entendimento.	3,87
Tenho acesso aos dados financeiros da minha igreja e, como membro, posso participar de reuniões que escolhem a destinação destes.	3,81
A disponibilização de informações sobre recursos e os canais destas são satisfatórios.	3,66
Os membros querem saber realmente o que acontece com os recursos econômicos e financeiros da Igreja.	3,54
Me sinto importante e responsável pelas decisões administrativas e de recursos da minha igreja.	3,35
Busco conhecer as informações financeiras ao menos uma vez por semestre.	3,22
Se a igreja atuasse sem transparência, havendo uma má gestão de recursos, eu deixaria de contribuir.	3,04
Tenho algum tipo de participação nas decisões de aplicação dos recursos (investimentos, reformas, aquisições).	3,02
A igreja disponibiliza informações em sites ou aplicativos para acompanhamento dos recursos.	2,16

Fonte: Próprio Autor

O Quadro 1 mostra que a maioria dos participantes concordaram principalmente com afirmativas ligadas a transparência e prestação de contas, bem como sobre a aplicação correta dos recursos. Apesar disso, os canais para divulgação são escassos e, em sua maioria, não utiliza de instrumentos modernos como aplicativos e sites, sendo a pergunta que esteve mais distante da concordância total. Percebe-se que a maioria não se sente participantes no processo decisório em relação aos recursos e que deviam, como membros, terem mais incentivos para essa participação e também uma maior iniciativa para isso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo, que teve como objetivo analisar a percepção dos membros de igrejas evangélicas sobre a aplicabilidade de princípios de gestão e *accountability*, principalmente através instrumentos que a promovem na gestão financeira das igrejas, identificou que a multiplicidade ocorre dentro das organizações desse grupo religioso.

Sobre a transparência e prestação de contas, a grande maioria dos respondentes do estudo demonstram que concordam ser de grande importância a disponibilidade das informações e clareza das mesmas. Além disso, os números que foram visualizados no decorrer do trabalho e no quadro 1 concordaram que na percepção dos membros as igrejas são entidades transparentes e prestam contas de suas ações para os membros também se aproximaram da concordância. Para os participantes, tanto os membros da igreja quanto os que exercem liderança, a transparência e a prestação de contas são ferramentas valiosas para a continuidade das igrejas, porque a maior parte das entradas são oriundas dos membros e alguns deixariam de contribuir se não houvesse transparência. Também deve ser exercida para um bom planejamento financeiro da coletividade.

Observou que boa parte das igrejas geram informações da utilização dos recursos de forma sistemática através de murais para os membros. Entretanto, percebe-se que os membros não visualizaram em suas igrejas os canais de comunicações digitais (sites ou aplicativos) para essa disponibilidade de informações financeiras, fazendo com que nem todos se atentem ao mural ou tenham interesse de olhar.

Sobre a responsabilização, a maior parte dos respondentes acreditam que sabem quem devem ser responsabilizados em caso de problemas nas finanças da igreja. Todavia, os membros pressupõem em sua maioria que não têm responsabilidade ou participação na aplicação de recursos na igreja. Para eles, a liderança e os decisores não os motivam a participar e isso faz com que não se sintam engajados a opinar ou até como parte responsável na coletividade, mas consideram que a maior parte dos recursos são bem empregados.

Outrossim, as mudanças tecnológicas têm alterado a sociedade que tem exigido que as organizações, independente do setor, sejam mais transparentes usando canais digitais para aumentar o acesso. As instituições religiosas não ficarão fora dessas pressões sociais internas e externas, sendo essa mudança algo positivo porque o dinheiro pode virar um deus e qualquer ferramenta que possa coibir esta idolatria é válida.

Como limitação deste trabalho, cabe ressaltar que não foi específico e aprofundado em nenhuma denominação. Isso é um limitante que gera inquietações para novos estudos na área do *accountability* de forma individualizada nas denominações e Convenções. Durante as pesquisas, observou que as igrejas neopentecostais tem sido foco de muitos estudos na área de gestão, empreendedorismo e espiritualidade, mas as demais igrejas têm sido relegadas. Além disso, sobre a parte dos membros, mais de 70% dos respondentes foram de igrejas Batistas, gerando uma confiabilidade maior nesse grupo que eu qualquer outro.

REFERÊNCIAS

- AHRENS, H. **Accountability no âmbito da governança das organizações públicas não estatais: o caso do Instituto de Matemática Pura e Aplicada**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- AMARAL, M. S. **Accountability, governo local e democracia: investigação em portais municipais do estado da Bahia**. 134 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BORQUIST, A. E. C.; BORQUIST, B. R. Os Fatores Essenciais e as Melhores Práticas para Engajar sua Igreja na Missão Integral de Deus. In: ALEF – Associação de Líderes Evangélicos de Felipe Camarão (comp.). **A Igreja e sua missão transformadora**. Viçosa: Ultimato, 2014. p. 68-75.
- BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.
- CARNEIRO, A. F.; OLIVEIRA, D. L.; TORRES, L. C. Accountability e prestação de contas das organizações do terceiro setor: uma abordagem à relevância da contabilidade. **Sociedade, contabilidade e gestão**, v. 6, n. 2, 2011.
- CERVANTES, V. **A Importância Da Accountability No Terceiro Setor**. 2018. Júnior Pública Consultoria FGV. Disponível em: <https://jpfgv.com.br/a-importancia-da-accountability-no-terceiro-setor/>. Acesso em: 02 abr. 2020.
- CRUZ, C. Ética e Transparência: Duas importantes ferramentas na captação de recursos. **Revista Filantropia**. São Paulo, julho/agosto, 2002.
- FARIA, J. A.; REGO, A. L. S. Transparência nas entidades religiosas: um estudo de caso sobre a aplicação de fatores que contribuem para a transparência financeira na paróquia Senhor do Bonfim. **Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP**, v. 4, n. 1, p. 267-300, 2014.
- FRESTON, P. **Neemias: um profissional a serviço do reino**. São Paulo: ABU, 1990.
- GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 1996.
- HAN, B.-C. **Sociedade da transparência**. Editora Vozes Limitada, 2017.
- KIVITZ, E. R. **Talmidim: o passo a passo de Jesus**. São Paulo: Mundo Cristão, 2012.
- KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006
- LOPES, H. D. **O que significa ser um mordomo de Deus?** 2004. Disponível em: <http://hernandesdiaslopes.com.br/o-que-significa-ser-um-mordomo-de-deus/>. Acesso em: 03 abr. 2020.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MOTTA, F. C. P. **Teoria Geral da Administração**. 3ª Ed. rev. – São Paulo: Cengage Learning, 2017.
- ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE), **Accountability**. 2020. Disponível em: <https://www.oecd.org/governance/procurement/toolbox/principlestools/accountability/>. Acesso em: 01 abr. 2020.

- OSISIOMA, B. C. **Accountability in Church**. Presents at Conference of Chancellors Registrars, And Legal Officers, Church of Nigeria (Anglican Communion), At Basilica of Grace, Diocese of Abuja, Gugu District, Apo, Abuja, 2013.
- PEREZ, O. C.; BRITO, T. S. Accountability nas organizações do terceiro setor. **ReFAE – Revista da Faculdade de Administração e Economia**, v. 7, n. 2, p. 186-205, 2016.
- RAUPP, F. M. **Construindo a accountability em câmaras municipais do estado de Santa Catarina: uma investigação nos portais eletrônicos**. Tese (doutorado) – Curso de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- ROMANO, G. **Datafolha:: mulheres e negros compõem maioria de evangélicos e católicos**. Mulheres e negros compõem maioria de evangélicos e católicos. 2020. Veja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/religiao/datafolha-mulheres-e-negros-compoem-maioria-de-evangelicos-e-catolicos/>. Acesso em: 03 jun. 2020.
- SILVA, T. S. *et al.* O uso da contabilidade como objeto de transparência nas entidades religiosas: um estudo de caso em igrejas Batistas de Feira de Santana. **Revista Terceiro Setor & Gestão-UNG-Ser**, v. 13, n. 1, p. 17-41, 2019.
- SOUZA, S. O. **Pacto e comunhão: documentos batistas**. Organização de Sócrates Oliveira de Souza.- Rio de Janeiro: Convicção, 2010.
- STOTT, J. **Os Cristãos e os desafios contemporâneos**. Viçosa, MG: Editora Ultimato, 2014.
- TAYLOR, M. Igreja Adventista do Sétimo Dia. **MORDOMIA E CULTO | | Edição Janeiro**. 2020. Escrito Mary Taylor, ex-editora assistente da revista Dynamic Steward, do Ministério de Mordomia da Associação Geral, e publicado na edição de janeiro a março de 2007.. Disponível em: <https://www.adventistas.org/pt/mordomiacrsta/2020/01/07/mordomia-e-culto-edicao-janeiro/>. Acesso em: 08 abr. 2020.
- VIEIRA, T. R. **Contabilidade das igrejas: uma questão de ordem e decência**. 2019. Voltemos ao Evangelho. Disponível em: <https://voltemosaoevangelho.com/blog/2019/12/contabilidade-das-igrejas-uma-questao-de-ordem-e-decencia/>. Acesso em: 02 abr. 2020.